

O CAMPO E A CIDADE ENTRE MANEIRAS DE VIVER E TRABALHAR (1960-2005)¹

Jiani Fernando Langaro²

RESUMO: O artigo trata de maneiras de viver e de trabalhar de pessoas residentes no Município de Santa Helena, região Oeste do Paraná, em sua relação com o campo e a cidade. A problemática central gira em torno dos significados que esses trabalhadores atribuem ao rural e ao urbano e às formas como eles vão constituindo, ao longo do período de 1960-2005, uma fronteira entre esses dois ambientes. Busca-se dessa forma, perceber como o lugar é construído a partir das vidas das pessoas e as formas como elas foram se relacionando com processos muitas vezes desencadeados por projetos vencedores que transformaram a sociedade local.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Cidade. Campo. Trabalhadores.

ABSTRACT: The essay discuss ways of life and work of persons that live in the Município de Santa Helena, West Paraná region, in their relationship with the country and the city. The central problem talks about the matters that this persons give to the rural and to the

¹ O presente artigo originou-se da pesquisa desenvolvida em nível de pós-graduação *strictu sensu* mestrado em História Social, realizada na Universidade Federal de Uberlândia (UFU/MG), sob orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida, financiada parcialmente com recursos do CNPq. A dissertação: LANGARO, Jiani Fernando. *Para além de pioneiros e forasteiros: outras histórias do Oeste do Paraná*. Uberlândia/MG: Dissertação (Mestrado), INHIS/UFU, 2006 sistematiza as discussões realizadas na pesquisa.

² Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon; Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU/MG); Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Campus Toledo. Diretor do Núcleo de Ciências Humanas (NCH) da instituição em que trabalha. E-mail: jflangaro@yahoo.com.br.

urban and the ways how they constituted, at the period of 1960-2005, a board into these two places. Look by this way, observe how the place is constructed starting from the lives of the persons e the ways that they were have relationships with process many times carried by owners projects that changes the local society.

KEYWORDS: Culture. City. Country. Workers.

O trabalho de pesquisa em História, desenvolvido em nível de mestrado, teve por objetivo abordar as muitas memórias em disputa no Oeste do Paraná, tomando como base para esse estudo o município de Santa Helena. Buscava ainda o sentido político de tais memórias, compreendendo que elas expressavam posicionamentos em tal sociedade e projetos pensados para a região.

Ao realizar o trabalho com fontes orais, coletando depoimentos de trabalhadores que viviam no município, deparei-me com aspectos da vida dessas pessoas que me pareceram bastante complexo, indicando o trânsito constante entre o campo e a cidade. Intrigava-me o próprio fato de considerar Santa Helena uma cidade. Isso se devia não somente a esse aspecto da cultura dos trabalhadores locais, mas também por se tratar de um pequeno município, contando com apenas 21.327 habitantes, segundo estimativas do IBGE para o ano de 2004. Esse mesmo órgão apontava, com base em dados de 2000-2001, que de um total de 20.491 habitantes, 9.818 viviam na zona urbana naqueles anos, o que significava, portanto, que mais de 50% da população do município residia em áreas consideradas rurais³. Se esse era um quadro recente do município, colocava-me em questão como pensar essa realidade em décadas anteriores, como nas de 1970 e 1980, quando as dimensões da sede municipal eram ínfimas⁴.

³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Santa Helena – PR*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 09/08/2005.

⁴ Os impactos ocasionados com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, concluída em 1982 e com sede em Foz do Iguaçu, foram sentidos também no

No decorrer das reflexões produzidas, percebi que meus próprios conceitos de *campo* e *cidade* estavam cristalizados e necessitavam ser repensados. Nesse processo de reavaliar tais questões foi importante o contato com o trabalho *O campo e a cidade: na história e na literatura* de Raymond Williams, em que o autor analisa tais concepções produzidas na literatura inglesa, em diferentes períodos.

Uma das propostas centrais de Williams é a necessidade de superar a dicotomia rural-urbano. O autor expressa essa unicidade, de *campo* e *cidade*, como realizações de um todo social, já na abertura de sua obra:

‘Campo’ e ‘cidade’ são palavras muito poderosas, e isso não é de se estranhar, se aquilatarmos o quanto elas representam na vivência de comunidades humanas. O termo inglês *country* pode significar tanto ‘país’ quanto ‘campo’; *the country* pode ser toda a sociedade ou só sua parte rural. Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente esta ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana. E uma dessas realizações é a cidade: a capital, a cidade grande, uma forma distinta de civilização.⁵

município de Santa Helena. A localidade teve praticamente um terço de seu território inundado na formação do lago artificial que alimenta as turbinas da usina e vivenciou uma drástica redução populacional. Sobre os números dessa redução populacional, até hoje não existe um consenso, uma vez que o governo municipal alegava que antes da formação do reservatório de Itaipu, Santa Helena possuía uma população de aproximadamente 60 mil habitantes, chegando a ter, na década de 1990, apenas pouco mais de 19 mil. Esses números não são confirmados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que indica existir pouco mais de 34 mil habitantes, antes da construção da usina. Entretanto, é preciso pontuar que essa “evasão” do município foi um movimento que atingiu mais a zona rural, em virtude da desapropriação de áreas de terra para a formação do lago. Isso significa que mesmo nas décadas de 1970 e 1980 a sede municipal era menor que nos períodos posteriores.

⁵ WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 11.

Conforme argumenta o autor, a própria divisão e oposição entre campo e cidade é um problema resultante do desenvolvimento do modo de produção capitalista, compreendido não apenas como estruturas econômicas, mas as próprias formas como uma sociedade se constitui, em movimento, incluindo aí os valores, idéias e demais elementos culturais. De acordo com Williams, essa divisão não ocorreu apenas em termos de estrutura econômica. As noções de campo e cidade, segundo o autor, também foram sendo produzidas pelas pessoas ao associar imagens a esses locais, que, por sua vez, variam em diferentes momentos, possuindo historicidade. Ambas as esferas, então, não existem naturalmente, mas materializam e expressam a experiência humana⁶, relações sociais e posicionamentos perante as transformações que vão sendo operadas na sociedade.

A obra de Williams apontou para a necessidade de não pensar *campo* e *cidade* como categorias objetivas, mas compreendê-las enquanto noções produzidas socialmente e em transformação. Chamou a atenção para a importância de não apenas realizar o trabalho de classificar o que seria *rural* e *urbano*, mas pensar os significados que as pessoas imprimem a tais termos, como elas os formulam e as experiências subjacentes a esse processo. Sendo assim, foi oportuno notar o processo histórico com o qual essas

⁶ Adoto, neste trabalho, a noção de *experiência humana* apresentada por E. P. Thompson, em especial nas obras: THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 v. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 e THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981. Nesses trabalhos, Thompson dialoga com algumas tendências do marxismo — corrente teórica da qual também faz parte — que estudam a história a partir da noção de determinação. *Experiência* seria um conceito que “reinsere” as pessoas na história, evitando a perspectiva de uma história que se move mecanicamente a partir da economia e de modos de produção sucessivos. As pessoas, por sua vez, são entendidas como sujeitos que não são determinados pela economia ou vida social, mas encaram limites, *experimentam* situações sobre as quais não possuem todo o controle e os tratam em suas consciências para poder atuar perante o jogo de forças na sociedade.

peessoas se relacionavam ao produzir tais noções.

A fim de realizar tal tarefa, também foi de fundamental importância a leitura da obra *Muitas memórias, outras histórias*, em que os autores apresentam sua concepção de *cidade*. Em um dos artigos que compõem o livro, Célia Rocha Calvo destaca que a cidade de que trata é a *cidade das pessoas*, que emerge de seus viveres e dos sentidos de pertencimento que constroem junto à Uberlândia, Minas Gerais. A autora busca perceber como as lembranças de indivíduos que vivem e trabalham naquele lugar se inserem nas disputas por muitas memórias e histórias. Dessa forma, a *cidade* que apresenta constitui-se a partir de práticas e significados elaborados pelos sujeitos.

A partir de tais reflexões, passei a não mais procurar a cidade constituída meramente a partir do espaço físico. Tampouco a que se constitui a partir de dados populacionais ou resultante do ato de classificar um lugar como “urbano”, por parte de órgãos governamentais.

Apesar disso, notei que, em minha pesquisa, essa noção continuava sendo problemática. Embora muitos trabalhadores tratassem a sede municipal como “cidade” e o restante do município como “interior” e identificassem algumas características diferenciadas para ambos os lugares, não se estabelecia uma delimitação muito precisa entre rural e urbano, que os separasse em dois meios opostos e a partir de onde constituíam-se maneiras de viver próprias e antagônicas. A relação que constituíam com esse *lugar* chamado Santa Helena era complexa, sendo necessário tomá-la como parte dos problemas de investigação.

Foi importante, sobre tais questões, o contato com as reflexões desenvolvidas por Yara Aun Houry, na mesma obra citada anteriormente, *Muitas memórias, outras histórias*. A autora discute um pouco da noção de *fronteira*, a qual está relacionada com as separações e delimitações construídas na vida social. A *fronteira* é compreendida como algo produzido pelas pessoas em sua existência social. Não é dada *a priori*, nem possui contornos claros, estando em movimento e sendo transformada de acordo com os interesses em jogo nas disputas que vão sendo estabelecidas

no social⁷.

Procurei estudar como esses trabalhadores constituíram, significaram e até mesmo diluíram, em certos momentos, as fronteiras entre rural e urbano, em sua cultura, compreendida como maneiras de viver e trabalhar⁸. Esse movimento complexo ficou visível nas narrativas de muitos trabalhadores. Entre eles, destaco a de Ernesto Vazzatta⁹, 71 anos, agricultor aposentado, o qual apontou que ainda por volta do ano de 1968 vendeu a primeira área de terras que adquiriu em Santa Helena, devido a problemas em sua topografia, adquirindo, então, uma chácara. No período em que viveu nessa propriedade, localizada próxima à sede do município, não trabalhou apenas na agricultura, conforme relata:

(...) Eu trabalhava de carpinteiro e pedreiro aquela época ali. Então mexi com isso ali também. Eu tinha... fiz três casa aqui em Santa Helena. Eu cortava as madeira lá em casa [na chácara], depois vinha aqui na cidade e montava as casa. Tem uma [casa que cons-

⁷ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 127.

⁸ Sobre a noção de cultura, adotada neste trabalho é importante a leitura da obra WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar ed. 1979. Nela, o autor discute a necessidade de se pensar esse conceito não apenas como manifestações artísticas e literárias, mas como um processo que engendra modos de vida. Também chama a atenção para se pensar a cultura como constituinte da vida social e não apenas como reflexos da estrutura econômica ou como mera "ideologia" a serviço das classes dominantes da sociedade.

⁹ Ernesto Vazzatta, 71 anos, agricultor aposentado, migrou para o Oeste do Paraná duas vezes; na primeira, em 1954, deixou Erechim, no noroeste do Rio Grande do Sul para ir viver em Porto Britânia, atual Município de Pato Bragado, próximo de Santa Helena, onde trabalhou por alguns meses como empregado de um engenho de erva-mate. Como essa experiência foi frustrada, Ernesto retornou para Erechim onde permaneceu até 1961, quando decidiu novamente migrar para o Paraná, desta vez para ser proprietário de uma área de terras em Santa Helena. Entrevista realizada em 14/07/2004, quarta-feira à tarde, na residência do entrevistado no Centro de Santa Helena.

truiu] aqui em frente o [Clube] União. Duas construí ali em [Linha] São Pedro. Que vendi lá pros Mani. É. E... negócio de, de piso, essas coisa, só não fazia casa de material [em alvenaria]. Porque trabalhava sozinho maioria, né. Não [inaudível] eles me ajudavam. E tudo, e tudo de bicicleta assim, não se tinha carro, pedal, de manhã cedo.

A partir de seus esforços em demonstrar as dificuldades vividas em Santa Helena, Ernesto narra um pouco de sua vida, principalmente entre as décadas de 1960-1970. Ele, ainda na década de 1970, atuava em atividades mais próximas do urbano, como no caso o trabalho de “carpinteiro e pedreiro”. Construía, assim, casas de madeira, principalmente na sede do município de Santa Helena, embora também atuasse em outras comunidades rurais, como a citada Linha São Pedro. Nesse período, portanto, atuava em diversas atividades, embora não fosse muito específico quanto aos ofícios desempenhados, o que tornava necessário seu deslocamento para outros lugares do município. Enquanto isso, sua esposa e filhas tomavam conta das tarefas da chácara, como cuidar dos animais domésticos criados para venda e consumo.

Ernesto também chegou a trabalhar em um engenho de cana produzindo aguardente para comercialização. Ele já havia experimentado esse trabalho quando morava no Rio Grande do Sul, onde tal atividade fazia parte dos ofícios desempenhados pelos agricultores locais. Na década de 1980, Ernesto reiniciou essa atividade em sua chácara, embora antes, ainda na década de 1970, também tenha chegado a exercê-la em propriedades de outros agricultores locais.

A retomada do trabalho de produção de aguardente ocorreu após Ernesto ter sua propriedade rural desapropriada para a construção do reservatório de Itaipu, estabelecendo-se em outra chácara, também próxima da sede municipal, localizada às margens do atual prolongamento da Rua Argentina, que liga o centro da sede municipal ao Porto Internacional de Santa Helena. Em seu alambique, Ernesto produzia aguardente para comercialização direta com os consumidores. Não foi em nenhum momento, como

frisa bem, algo produzido em escala industrial.

Na década de 1980, ele deixou de realizar atividades típicas do meio urbano, como o trabalho na construção civil. A partir de então, dedicou-se exclusivamente ao engenho de cana e ao trabalho na chácara. Até aquele momento, percebo que inexistia na vida de Ernesto, um limite preciso entre campo e cidade e entre atividades rurais e urbanas. Tal fronteira parece ter resultado não de sua dedicação exclusiva à chácara, mas um processo desencadeado posteriormente, já na década de 1990, quando se mudou para a sede municipal, a qual passou a ser o local de sua moradia:

Eu vendi pra prefeitura aquela vez [a chácara]. E eles [administração municipal] falaram que se eu queria ficá morá, podia ficá morá. Mas fiquemo eu e a mulher só [as filhas haviam casado e não moravam ali perto]. Trabalhá o médico falô que não é pra eu trabalhá mais porque... não tenho condições de trabalhá. [inaudível]. Então a mulher disse: “fosse vendê e í morá na cidade, não ficaria mais perto. Das igreja, pra í na missa, [inaudível], é... até pros médico, comércio e tu[do]”. (...) É. Agora tá aqui, bem dizê [pausa] não, não digo que tô sofrendo, mas à vez, fica pensando, a gente desanima, que o dia inteiro, aqui dentro de casa. Caminha, coisa que caminha longe eu não posso porque [pausa] me dá canseira. Me falta fôlego e tal. [...]

Nesse processo de mudança da chácara para o centro da sede municipal, Ernesto realiza uma delimitação desses dois ambientes, tratando o primeiro como campo e o segundo como cidade. Essa mudança teria sido uma opção, uma vez que, conforme aponta, ele e a esposa poderiam ter continuado a viver na chácara, após tê-la vendido à Prefeitura Municipal. Como motivo, destaca a necessidade de deixar aquele trabalho em função da impossibilidade de empreender esforços por causa de seu estado de saúde e da idade avançada em que ele e a esposa se encontravam. A decisão de se mudar também está associada ao desejo de ficar mais próximo e usufruir da infra-estrutura comercial e de cer-

tos lugares que o casal costumava freqüentar, como a igreja, no centro de Santa Helena. Embora possuíssem um automóvel para sua locomoção, ele não era suficiente para compensar essa demanda produzida por esses sujeitos.

A mudança para a sede municipal é apresentada como origem da insatisfação que Ernesto tem para com sua maneira de viver atual. Ele identifica esse descontentamento ao urbano e seu espaço¹⁰, que compreende como limitado, quando comparado à vida que levava na chácara.

Para Ernesto, a fronteira entre rural e urbano passou a ser vivida quando ele se mudou para a sede municipal, tendo deixado a chácara, não mais trabalhando com as lides agrícolas, perdendo então a referência com a terra. No novo local, ele encontrou dificuldades de recompor sua maneira de viver e trabalhar, considerando-as limitadas por conta de sua doença¹¹. Ele também parece reafirmar suas críticas ao urbano ao não se reconhecer como sujeito da iniciativa de mudar-se, utilizando em seu depoimento da expressão “me convenceram” a mudar, provavelmente referindo-se à sua esposa e as filhas.

Trata-se, portanto, das dificuldades encontradas por Ernesto nessa transferência, em deixar sua chácara e até mesmo em aposentar-se, não no sentido de receber recursos da seguridade social, mas de efetivamente ter que parar de trabalhar. É essa necessidade, portanto, que ele identifica ao urbano.

Essa fronteira não muito nítida entre campo e cidade também faz parte da narrativa de Glades¹², 43 anos, empregada doméstica diarista. Ela chegou em Santa Helena na década de 1970, quan-

¹⁰ Não me refiro aqui apenas ao espaço físico, em metros quadrados, mas da vida em geral que Ernesto levava na chácara, que ele compara às possibilidades que atualmente possui em sua residência no centro da sede municipal.

¹¹ Em sua casa, Ernesto possui uma pequena oficina de marcenaria, para realizar trabalhos sem fins comerciais. Contudo, aponta ele que a poeira gerada ao serrar a madeira prejudica sua saúde, pois sofre de insuficiência respiratória.

¹² Glades, 43 anos, doméstica (diarista). Entrevista realizada em 13/07/2004, terça-feira à tarde, dia de semana vago no trabalho de Glades, realizada na residência da entrevistada, no Conjunto Santa Rita de Cássia.

do ainda era criança e acompanhava seus pais. Natural do Estado de Santa Catarina, onde a família possuía uma pequena propriedade rural, ela e os demais familiares rumaram para o Oeste do Paraná, local em que não mais adquiriram terras, passando a viver, inicialmente, na sede municipal de Santa Helena.

De acordo com Glades, sua família não permaneceu sempre vivendo na sede do município. Fazia parte das possibilidades de trabalho, naquele período, atuar nas propriedades rurais de agricultores, seja administrando-a ou auxiliando o proprietário nas atividades do dia-a-dia. Por conta dessa opção, a família se mudou para a localidade de Vila Celeste, no Município de Santa Helena:

E aí vocês vieram pra Vila Celeste primeiro, então?

Não, nós viemos primeiro aqui em Santa Helena.

Pra Santa Helena.

É, tinha dez ano quando nós, que ele [o pai] é, que daí nós ficamos acho que uns sete ano aqui, nós moramos uns três anos em Vila Celeste. E nós voltamos pra cá de novo.

(...)

Seu pai trabalhava de pedreiro lá também?

Não, lá nós trabalhava no sítio.

Ah, no sítio.

É. Depois que nós voltava pra... que nós voltamos pra cá ele trabalhava de pedreiro. Construía casa, e... nós tinha que ajudar. Eu só tenho um irmão, mais novo. E as outras tudo irmã e daí nós tinha que trabalhar, que nem homem sempre [risos]. (...) E o serviço pesado, né.

Depois de três anos trabalhando no “sítio”, Glades e sua família novamente retornaram para a sede do Município de Santa Helena. O pai atuava como pedreiro enquanto que ela e suas irmãs o ajudavam em suas tarefas. Em outros momentos de seu depoimento, ela esclarece que tais serviços, associados por ela ao “masculino”, iam desde alcançar materiais de construção até realizar a pintura de casas.

Tais elementos compõem sua narrativa, cujo enredo está ba-

seado no sofrimento e no esforço empreendido em prol de sua sobrevivência em Santa Helena. Tais dificuldades não são compreendidas como algo puramente negativo, mas até como um motivo de orgulho, demonstrado também na forma humorada como Glades trabalha essas memórias. A partir de seu relato, ela procura construir uma imagem em que se coloca como uma pessoa “batalhadora”.

Apesar da mudança para a sede do município e de dedicar-se ao trabalho na construção civil, isso não significou uma ruptura com a vida rural. Conforme Glades apontou, ela e tantos outros trabalhadores de Santa Helena, em muitos momentos, iam para o campo trabalhar como diaristas rurais, popularmente conhecidos como “bóia-frias”. Tal termo é também empregado por ela em seu depoimento, motivo pelo qual o incorporei no decorrer de sua entrevista, levando em consideração também que ele é de uso corrente na região:

Nós ia, logo que a, que casei nós fomos trabalhar na bóia-fria, eu e meu marido. Uns tempos, acho que uns quatro, cinco ano que nós trabalhava de bóia-fria. Ganhava mais que de doméstica.

Ah, ganhava mais?

Sim, depois parou, né, agora parou essas folia de... domes, de... de trabalhar na roça, né. É só servicinho, meu marido também tá... não trabalha, não tá trabalhando. E assim, filharada da gente também tem pouco estudo. Trabalham de doméstica também.

Nessa passagem, pode-se perceber que Glades compreende o serviço de diarista rural como “trabalho”, diferentemente das demais atividades, chamados de “servicinhos”. De acordo com ela, preferia aquele serviço ao trabalho como doméstica. Essa preferência é manifestada por ela ao enfatizar que recebia mais pelo seu serviço enquanto que no momento da entrevista, reclamava de sua função de empregada doméstica, relatando principalmente a ausência de carteira de trabalho assinada.

Indagada sobre o porquê da impossibilidade de continuar trabalhando como diarista, ela produz todo um trabalho de sua cons-

ciência, destacando que as “inovações tecnológicas” ocorridas a partir do desenvolvimento de novos herbicidas e pesticidas, na década de 1990, acabaram com as possibilidades de trabalho manual nas lavouras de soja e milho, predominantes no município e onde outrora atuava.

Isso demonstra que, no local em estudo, o processo de fechamento de postos de trabalho no campo não ocorreu de maneira abrupta na década de 1970. Se por um lado é notável um movimento de mudança de local de moradia de muitos trabalhadores para a sede municipal, por parte dessas pessoas, tal fator não significou que o campo deixou de ser uma referência para seu trabalho. Essa separação foi ocorrendo de maneira gradual, sendo um processo em curso que tem como marco final, nas narrativas de muitos entrevistados, a década de 90, com as “novas tecnologias” e com a falência da Agroindustrial Santa Helena S/A, uma indústria de fécula de mandioca, cultura agrícola que emprega trabalho manual em larga escala.

Para além dessas questões, é possível notar que, para Glades, trabalhar como doméstica não foi uma “opção”, mas decorreu principalmente da impossibilidade de continuar trabalhando no campo como “bóia-fria”. Essa necessidade é interpretada de maneira negativa, possivelmente também em função das dificuldades encontradas em seu trabalho atual e da percepção de que estão sendo descumpridos certos direitos que compreende possuir. Nesse julgamento também entram em questão outros fatores e não apenas a soma em dinheiro recebido em cada modalidade de serviço.

Além disso, a memória positiva sobre o tempo em que trabalhava como diarista rural pode estar alicerçada nas práticas empreendidas por Glades para prover sua sobrevivência, nas décadas de 1970 e 1980:

Ah, tinha uns que vendia pra pagar quando tinha dinheiro, só que nós não gastava tanto, e daí nós colhia os milho que sobrava na roça, praf, levava no moinho, pra fazer fubá, né, daí nós se atracava comer fubá [risos]. A polenta [pasta feita com farinha de milho cozida em água], né. Nã, não era fácil e nós plantava as couve, as

verdura, daí nós comia assim, mandioca, plantava. É... tá... era difícil esses ano, tempos atrás, também não era fácil.

Vocês plantavam, então...

É. Nos lote, assim, nós plantava, né, uns pezinho de feijão, daí nós colhia um meio saco de feijão às vezes. Logo que nós viemo morar aqui nós plantava nos lote... e nós colhia. Carne era meio difícil nós comer. Uns... Comprava só quando tinha, o dinheiro pra comprar. É.

O modo de vida desses trabalhadores, mesmo na sede municipal, era muito próximo do rural. Tais hábitos, como cultivar alimentos em lotes baldios e coletar cereais que sobravam das colheitas nas plantações onde trabalhavam, tornavam-se muito importantes nos tempos de crise e nos períodos em que não havia atividade de diarista rural para ser realizada. Enquanto fosse possível lançar mão de tais práticas, sua sobrevivência não estava embasada apenas no trabalho. Tal fator pode ter influenciado suas memórias no sentido de conferir um caráter de estabilidade para aquele período.

Em Santa Helena, durante a década de 1990, também se registrou um certo crescimento da sede municipal, ocorrido com o início do recebimento de *royalties*¹³ pagos pela Usina Hidrelétrica de Itaipu. Grande parte dos recursos foram investidos em obras

¹³ Carniel aponta que os *royalties* constituem-se em compensações financeiras pagas por Itaipu aos governos brasileiro e paraguaio, em virtude da utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná. A usina iniciou sua produção de energia em 1985 e, conforme aponta, até 1991, tal compensação ficou restrita ao Tesouro Nacional. O pagamento dos valores referentes a esse período foi negociado entre os anos de 1992 e 2001. Em 1991, com a criação da “Lei dos Royalties”, outros órgãos governamentais foram inseridos na lista dos beneficiados por tais créditos. Além do Tesouro Nacional e outras instituições federais, que não menciona, aponta os governos estaduais do Paraná e de Mato Grosso do Sul, 15 municípios do Paraná e um de Mato Grosso do Sul, que tiveram suas áreas afetadas durante o processo de construção da hidrelétrica e outros estados e municípios não diretamente atingidos. A partir da criação dessa lei até 2002, ainda de acordo com Carniel, os valores pagos somaram 1,49 bilhão de dólares, sendo que desses, Santa Helena recebeu 143,8 milhões. In: CARNIEL, Solange Maria. *O Oeste paranaense e a singularidade de*

de infra-estrutura, o que levou a uma maior valorização dos lotes urbanos. Mais recentemente, esse processo intensificou-se, sendo apresentado pela Prefeitura Municipal na forma de propaganda de seus feitos, como no material publicado no jornal *Portal América*, de 08 de julho de 2004¹⁴. Intitulado *O caminho do Progresso*, esse material circulou em outros meios de comunicação locais, como pude observar na edição de nº 294 do *jornal Costa Oeste*¹⁵.

Ilustrado em cores vivas, apresenta uma rodovia pavimentada que segue rumo à linha do horizonte. Em meio ao caminho, aparece uma placa indicando os pilares em que se sustentava tal projeto: “agricultura”, “obras” e “transporte”. Apresenta acima a logomarca oficial da Prefeitura Municipal de Santa Helena: “Santa Helena, terra das águas”, e três fragmentos de fotografias. Essas últimas imagens retratavam obras realizadas no município: “Calçamento”, “Solo Brita” e “Pavimentação”, todas elas realizadas na área de infra-estrutura.

Esse material parece constituir-se como algo voltado à divulgação das realizações da Prefeitura Municipal para os próprios cidadãos locais. Tem a intenção de apresentar os esforços da administração municipal para implementar o “desenvolvimento” de Santa Helena.

O texto inserido nessa propaganda, revela, ainda, parte das intencionalidades existentes em tais iniciativas:

São José das Palmeiras – 1969-1985. Niterói/RJ: Dissertação (Mestrado), UFF, 2003. p. 56. (em nota de rodapé). Toma como base: MÜLLER, Arnaldo Carlos. *Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento*. São Paulo: Makron Books, 1995. Cabe frisar que a base de cálculo para os valores pagos corresponde à área alagada dos municípios. Nesse sentido, Santa Helena costuma receber a maior parcela por ter sido o mais atingido no processo de construção do reservatório.

¹⁴ O CAMINHO do progresso. In: *Jornal Costa Oeste*, Santa Helena/PR, ano 8, n. 294, Contracapa, 21 a 27 de maio de 2004. (Material publicitário).

¹⁵ O CAMINHO do progresso. In: *Portal América*, Santa Helena/PR, ano 2, n. 25, Contracapa, 24 de junho a 08 de julho de 2004. (Material publicitário). Acréscimo e grifos meus.

O caminho do progresso

Investindo recursos públicos com transparência, a Administração de Santa Helena, torna a vida melhor para moradores da cidade e interior. Com o início do asfaltamento das ruas do Bairro São Luiz, Santa Helena é uma das poucas cidades do Brasil que contarão com 100% das vias da sede municipal asfaltadas. Como resultado de mais essa ação do Governo Municipal, teremos uma cidade mais limpa, melhor arrumada e com ruas confortáveis para o trânsito de veículos e pedestres. No interior [do município], prossegue a execução de calçamentos com pedras irregulares, o que além de gerar muitos empregos, acaba com a poeira, facilita o transporte escolar, recolhimento do leite, recebimento de insumos e escoamento da produção agrícola. Outro benefício do asfalto na cidade e do calçamento no interior é a indiscutível valorização dos terrenos e das propriedades rurais.¹⁶

A especulação imobiliária, intensificada nesse processo de transformação do município e com essa conseqüente “valorização” das propriedades, é admitido pelo poder público local como parte de seu projeto de desenvolvimento. Tal caráter, todavia, é apresentado como algo implementado no intuito de “tornar a vida melhor para os moradores”, como “qualidade de vida”. A própria “valorização” é tratada como algo positivo, pois beneficiaria os proprietários de tais imóveis.

É preciso notar, ainda, que os próprios conjuntos habitacionais, construídos na sede municipal, também se utilizavam de áreas mais distantes do centro, próximas a chácaras de produtores rurais, circunvizinhas à sede municipal e pouco povoadas até então. Apesar desse processo não ter ocorrido exclusivamente na década de 1990, é nesse período que foram construídos a maioria dos conjuntos, com exceção do “Jardim Ipê”, cuja inauguração ocorreu ainda em 1986. Esses projetos também podem ter colaborado para uma maior procura e valorização das áreas próximas, que

¹⁶ O CAMINHO do progresso. In: *Jornal Costa Oeste*, op. cit. Contracapa.

contavam com muitos terrenos baldios.

Essa ocupação mais intensiva do espaço da sede municipal pode ter acarretado também a diminuição das possibilidades de cultivar-se cereais e produtos de hortifruticultura, em tais locais, por famílias de trabalhadores pobres. Além disso, em meio a todo esse processo, os aluguéis também subiram de preço. Seu valor elevado (em termos regionais) acaba por ser quase que uma característica do município, cujo montante, muitas vezes, é reajustado de acordo com o salário mínimo. Não obstante, boa parte deles custam ou aproximam-se do valor de um piso salarial nacional.

Glades comenta que por volta do ano de 1996, seu marido ficou desempregado e ela não teve mais condições de pagar o aluguel. Conseguiu, então, mudar-se para uma casa do Conjunto Santa Rita de Cássia, de propriedade da Prefeitura Municipal, onde residem gratuitamente. Entretanto, esse é um lugar estigmatizado no município de Santa Helena, sendo seus moradores alvo do preconceito de boa parte dos habitantes do restante da sede municipal. Ao que me consta¹⁷, um dos projetos da municipalidade era a sua demolição, por encontrar-se em área de preservação ambiental, de propriedade da Itaipu Binacional, o que seria realizado após a transferência das pessoas que nele vivem para outro conjunto habitacional, em construção pelo poder público municipal.

Em função desse preconceito, possivelmente, ela aponta ter encontrado uma série de dificuldades para acostumar-se com a situação, pois não gostava de morar naquele local. Quando prestou seu depoimento, uma de suas expectativas era conseguir uma casa em um conjunto habitacional que estava sendo construído em Santa Helena.

Glades, portanto, na década de 1990 perdeu o direito de escolher onde morar, tendo que se submeter a viver em um dos lugares discriminados da cidade, em função da impossibilidade de

¹⁷ Parte dessas informações foram obtidas a partir do depoimento de Glades. Citada anteriormente.

pagar aluguel. Isso provavelmente influenciou muito seu depoimento, em especial no tom melancólico com que narra. Por outro lado, ao enfatizar o “sofrimento” e o “trabalho”, percebo que ela realiza um diálogo com esse preconceito. Nesse sentido, em um dos momentos de seu depoimento, apresenta-se como “carente”, estendendo essa característica aos demais moradores do conjunto, procurando demonstrar a necessidade de estar residindo ali e de precisar de assistência social. Ela o faz, no entanto, deixando claro que tal situação não decorreu de falta de esforços pessoais, mas por outros fatores que fugiam ao seu controle, como a “falta de estudo” e as dificuldades encontradas no trabalho. Enfatiza também que trabalha e que a assistência é algo que apenas ajuda aliviar seus problemas, não sendo a única responsável por sua sobrevivência.

O tom de perda, no depoimento de Glades, fica restrito apenas às transformações vivenciadas em seu trabalho. Dessa forma, ela trata sua inserção exclusiva em atividades urbanas como uma derrota, em que ressalta o constante desemprego de seu marido e as dificuldades vividas na atividade de empregada doméstica. Nesse sentido, os problemas relacionados com o pagamento do aluguel são apontados como decorrentes dos problemas vividos no trabalho e não das formas como foram implementadas certas transformações no município. Tal enredo de sofrimento e perda, vividos no lugar, possivelmente foi produzido por ela a partir da necessidade de afirmar-se localmente, principalmente frente às situações em que vivia, ou seja, o desemprego e a recorrência a certas políticas assistenciais.

O tom da narrativa de Glades muda quando ela relata outros aspectos de sua vida, como as mudanças ocorridas em sua alimentação. Embora afirme que ainda não seja satisfatória, ela compreende que ocorreram melhorias ao longo desses anos que viveu em Santa Helena. É possível notar que, apesar de suas queixas, ela conseguiu produzir novas práticas sociais, no intuito de garantir sua sobrevivência, como o acesso à assistência social (moradia sem precisar pagar aluguel e programas sociais a que os filhos mais jovens estão vinculados) e possivelmente com o

trabalho de seus filhos mais velhos, que já estavam empregados e podendo auxiliar no orçamento doméstico. Além disso, quando foi realizada a entrevista, seu marido estava empregado, embora se tratasse de um serviço temporário. Tal fator pode ter trazido certa estabilidade para Glades naquele momento e assim ter influenciado de alguma maneira sua narrativa.

Seu tom também é diferente quando interpreta as transformações ocorridas na sede municipal. Mesmo com as perdas sofridas com o crescimento local, que não ocorreu da mesma maneira para todas as pessoas (inclusive ela), Glades afirma que prefere a Santa Helena atual, a qual contrapõe àquela que encontrou na infância logo que chegou, caracterizada como repleta de “mato” e “quiçassa” (capinzais). Confere visibilidade a tais elementos, quando falava das dificuldades vividas por “não ter estudo”, tendo assim, ao seu ver, que se dedicar aos “serviços piores”. A impossibilidade de continuar os estudos teria origem, de acordo com a entrevistada, na decisão de seu pai em impedir que ela e as irmãs continuassem a freqüentar a escola, a fim de utilizar seu tempo no trabalho agrícola. Desse assunto, Glades passa, então, a traçar um panorama do lugar naquele período, por volta da década de 1970:

[...] Quem que viu Santa Helena antes e agora diz que não é o mesmo lugar.

Mudou muito, então?

Mudou bastante, nossa! Não tinha asfalto, era estrada de chão. Assim. Hospital só tinha a Policlínica ali... tinha dois mercado só esses, tempos atrás. Era até feio de ver, meu Deus! Nós reclamava quando nós viemo pra cá e que o pai trouxe nós no meio do mato, por aí [risos].

[...]

E a senhora hoje gosta daqui, então?

Gosto. Acho que daqui eu não saio mais, não.

Aqui é importante notar como o depoimento de Glades emerge dos horizontes de vida possíveis, compartilhados pelas pessoas no município. Mesmo sem participar do crescimento econômico

local, a entrevistada compartilha a possibilidade de ali melhorar de vida¹⁸. Aponta, a partir de seu lugar social, para a idéia de uma melhoria da sede municipal, citando como algo positivo as transformações ocorridas no lugar, como o cemitério, que recentemente havia sido reformado, destacando Santa Helena como uma “cidade bonita”. Portanto, para ela não está em questão somente “o que ocorreu”, mas o que “pode vir a ser”. Glades se vê nesse “desenvolvimento” e vê a possibilidade de também se beneficiar dele.

É possível notar, ainda, que ela não apenas espera participar das melhorias locais, mas também reivindica isso. Em seu depoimento, a entrevistada faz questão de ressaltar sua relação com o lugar, apontando sua trajetória de vida ali. Afirma que quando passou a morar em Santa Helena, com sua família, existiam poucas casas, estando entre os “primeiros” moradores do lugar, colocando-se como uma espécie de “pioneira” da sede municipal. Procura demonstrar, também, certos pontos de identificação de sua vida com o lugar, por exemplo, relatando que se casou na igreja católica matriz, localizada no centro da sede municipal, quando ainda estava em construção ou que freqüentava a “escolinha” próxima do local onde atualmente fica o centro social da igreja católica matriz.

¹⁸ Adoto no presente artigo uma perspectiva de trabalho inspirada em Alessandro Portelli, crítico literário italiano que se dedica ao estudo da história oral. Em PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, UFF, v.1, n. 2, p. 59-72, 1996, o autor afirma que a *subjetividade* é um conceito central para se entender os depoimentos orais. Segundo ele, essa fonte não nos traz conhecimentos objetivos sobre “fatos” e, caso o pesquisador busque alguma metodologia para alcançar essa “objetividade”, corre o risco de perder a dimensão interpretativa que as pessoas imprimem àquilo que narram. Aponta, ainda, que uma das chaves para o entendimento do caráter subjetivo dos depoimentos orais é “possibilidade” (noção que também utilizo neste texto), a qual explica a grande importância que tem para as pessoas não apenas às experiências que elas de fato viveram, mas o horizonte de possibilidades que tratam em suas consciências, ou seja, aquilo que poderiam ter vivido ou que ainda podem viver.

A ênfase no “mato”, nesse presenciar a transformação local, bem como no sofrimento e no trabalho, por parte de Glades, pode ter o intuito de afirmar sua presença em Santa Helena, colocando-se como uma pessoa importante. Ela utiliza-se desses recursos para colocar-se em tal ambiente a partir da antigüidade da presença de sua família ali, reivindicando o *direito* ao lugar e de participar da riqueza do município. Portanto, sua narrativa possui um caráter político, que visa atender às demandas e expectativas por ela produzidas para o lugar.

Esse viver rural, mesmo entre moradores da sede do município também é apontado por Hilário¹⁹, 55 anos, pedreiro autônomo. Ele nasceu no Rio Grande do Sul, onde viveu apenas dois anos, quando então sua família mudou-se para São José do Cedro, Estado de Santa Catarina. No período entre 1968 e o início da década de 1970, mudou-se para o Oeste do Paraná, onde já vivia um de seus irmãos. Seu objetivo era trabalhar na agricultura sem, no entanto, possuir propriedade rural. Depois de certo tempo, seu pai também se mudou para o município de Santa Helena, mais precisamente para o Distrito de Sub-Sede São Francisco, onde adquiriu uma pequena área de terras e onde também vivia Hilário. Por conta de suas pequenas dimensões, a propriedade não oferecia condições suficientes para que todos os filhos pudessem nela trabalhar e, assim, prover seu sustento.

Hilário morou inicialmente naquele local, mudando-se, após se casar, para os arredores da sede municipal. Ainda naquele período, o lugar se apresentava como o núcleo do município, onde se localizava a maior parte dos estabelecimentos comerciais, industriais, financeiros e burocráticos. Em suas proximidades também existiam muitas propriedades rurais, que ofereciam oportunidades de trabalho para diaristas do campo. Nessa trajetória de mudança de local de moradia, o entrevistado alternava atividades rurais com outras de caráter industrial e comercial, e em alguns

¹⁹ Hilário, 55 anos, pedreiro autônomo, migrou para o oeste do Paraná em 1968. Entrevista realizada em 30/07/2004, sexta-feira à noite, na residência do entrevistado no Centro de Santa Helena.

casos as desempenhava concomitantemente.

Mesmo antes da construção do reservatório de Itaipu, ocorrida em 1982, Hilário já atuava na sede municipal em atividades não-rurais, como em uma serraria e em uma cooperativa, embora na maioria desses períodos continuasse morando na propriedade rural de seus sogros, com exceção de quando trabalhou na serraria. No entanto, em suas memórias, a construção da usina hidrelétrica torna-se um marco para sua mudança definitiva para a sede do município, como local de moradia e trabalho, reconhecida por ele como “cidade”, pois a “expulsão” em massa de agricultores da área alagada teria ocasionado uma grande diminuição dos postos de trabalho também para os diaristas rurais que não possuíam propriedades.

Ele toma Itaipu, também, como um marco de decadência, no qual enquadra a falência das atividades produtivas locais, como a agricultura e mesmo a serraria na qual trabalhava que, no entanto, já havia fechado antes do alagamento, conforme aponta Hilário, em função de um incêndio que a teria destruído. A construção da usina, na narrativa do entrevistado, acaba por ser tratada também como um marco de decadência de sua própria vida, uma vez que reconhece em Itaipu a origem das dificuldades que viveu no trabalho, como ter que deixar o emprego na serraria e ir trabalhar na cooperativa, acabando por não compreender sua atividade de pedreiro autônomo como trabalho, mas como “servicinhos”, de maneira semelhante ao reconhecimento conferido por Glades ao trabalho urbano.

O desenvolvimento de atividades ligadas à construção civil não foi empreendido por Hilário apenas depois de mudar-se para a sede do município de Santa Helena. Conforme aponta, já havia atuado nesse setor antes, quando morava no Distrito de Sub-Sede São Francisco. Em outro momento de seu depoimento, afirmou que quando ainda morava no sítio de seu sogro vinha para a sede municipal trabalhar como pedreiro. A mudança de local de moradia teria sido motivada mais pelo retorno do cunhado, que até então vivia no Estado de Mato Grosso. Na pequena propriedade de seu sogro, onde já não existiam condições para que Hilário proovesse

totalmente seu sustento, não existiriam condições de permanecer morando. Foi quando o entrevistado começou a se preocupar em comprar um terreno e construir uma casa na sede do município.

Todavia, percebo em sua narrativa, principalmente quando se refere ao final da década de 1970 e início de 1980, que eram consideradas *trabalho* as atividades rurais, mesmo que irregulares, ou os serviços que fossem contínuos, os empregos, como o que Hilário possuía na serraria. Possivelmente, o trabalho na construção civil fosse mais restrito nesse período ou, pelo menos, não possuía o mesmo valor que passou a ser atribuído em períodos mais recentes. Ele, por sua vez, parecia preferir aquelas atividades a ser pedreiro e é bem provável que por isso demorou a dedicar-se exclusivamente a esse setor. Como aponta, havia experimentado tal ofício quando morava em um dos distritos do município e após, nas férias do trabalho na serraria. Noto, porém, que costumava abandoná-lo para assumir outras atividades, como o emprego na cooperativa. Ao que me parece, trabalhar como pedreiro foi uma alternativa encontrada por Hilário para sobreviver e permanecer no município, não existindo muitas expectativas quanto à sua profissionalização no setor.

Em suas memórias desse período, final da década de 1970 e início de 1980, também apresenta um pouco das maneiras de viver que se constituíam na sede municipal:

E depois que nós viemo morá aqui no lote, na... que eu tinha, aqui, nós plantava de tudo aqui no lote. Mandioca e... até na rua, ali, a gente plantava tuda a rua. Plantava milho, na rua ali, batata. Vassora [esposa de Hilário].

[...] Só que depois que veio os... que cidade começô a crescê, eles começaram a proibi, né, não podia mais plantá e... veio arrumando, veio o asfalto. E num... pedacinho de, de lote aqui nós demo mandioca até pros outro, porque sempre temo... Aqui no lote tem de tudo, tem fruta, tem... mandioca, tem... as... chá de tudo quanto é tipo a gente planta.

Apesar de ter passado a viver na sede do município, o modo

de vida de Hilário e sua esposa, assim como possivelmente de outros tantos trabalhadores, era tipicamente rural. Procuravam reproduzir nesse local o hábito de manter plantações de produtos para consumo próprio. Nessa prática, ocupavam até o espaço da rua, o que evidencia que tais trabalhadores não constituíam na sede municipal um *viver urbano*, que se opusesse ao modo de vida rural.

Mais do que isso, em outro momento de seu depoimento, Hilário afirmou que o asfaltamento da rua em que vivia ocorreu um mês após ter se mudado para a sede municipal. Portanto, mesmo quando morava na propriedade de seu sogro, antes de construir a casa, ele e a esposa já utilizavam o terreno da sede municipal para cultivar aquilo que necessitavam. Isso me leva a pensar que em certas situações o viver em Santa Helena era praticamente *rural*, independentemente do local do município em que as pessoas viviam.

Entretanto, tais práticas iam contra o projeto “urbanizador” construído pela administração municipal de então, que visava o asfaltamento de certas ruas da sede, entre elas, a que Hilário vivia. Em outro momento de seu depoimento, quando narrou as dificuldades vivenciadas para construir sua casa, Hilário já tinha apontado algumas dificuldades enfrentadas em virtude de tais processos de implementação de “melhorias urbanas”:

E daí quando que veio o asfalto, daí nós se apuremo. Tá loco! Que era por... prestação, né, cê tinha que pagá por mês, se tu não pagava [pausa] certo, daí eles aumentava [pausa] a prestação. Mas foi difícil. Mas graças a Deus conseguimos pagá... o asfalto, pagá tudo, né, e ficemo, morando aqui [riso]. Até agora dá até hoje. Só que foi [pausa] foi sofrido pra nós consegui.

O entrevistado apresenta, dessa forma, uma outra memória do “desenvolvimento” e do “crescimento” de Santa Helena. Ela, por sua vez, difere de outras, como a de Glades, pois, enquanto ela trata o lugar como um contínuo de melhoria, ele o caracteriza pelo viés da decadência, tomando como marco a construção de

Itaipu. Essa outra memória, no entanto, não se contrapõe de maneira efetiva aos atos do poder público local daquele período. Também não significa que Hilário não tenha gostado de certas obras, como o asfaltamento da rua de sua residência. Apontam para o não reconhecer-se dele naquela memória pública do município, do “desenvolvimento”, aproximando-se, a partir de suas referências sociais e culturais, mais das lembranças que tratam Itaipu como um marco de decadência local, também recorrentes em tal sociedade.

Em tal marco de memória, Hilário enquadra sua decadência pessoal, uma vez que Itaipu teria sido responsável por sua mudança para a sede municipal, em virtude do fim do trabalho no campo como não-proprietário. Hilário constitui, assim, uma delimitação entre rural e urbano, apresentando a moradia na sede de Santa Helena e o trabalho como pedreiro como definidores de uma passagem do campo para a cidade. Junto a isso, destaca sua insatisfação com os elementos que caracterizariam o “urbano”, o compreendendo como a materialização de perda de *direitos*, como o lazer e o convívio social.

Projeta sobre a “cidade” e “Itaipu” as tensões vividas no passado e frustrações nutridas para com a vida que levava no momento da entrevista. Dessa forma, as localiza não em uma perspectiva de classe, mas em um processo mais geral que seria de crise do setor produtivo local, do qual resultaria uma decadência do próprio lugar como um todo. Hilário estabelece em sua narrativa a noção de um vínculo entre as classes sociais²⁰, em que boa parte das dificuldades vividas pelos trabalhadores resultariam dessa crise, que teria atingido a todos.

²⁰ Para o entendimento que adoto aqui de “classe social” é importante as leituras das obras: THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 v. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 e E. P. THOMPSON. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Nelas, o autor discute “classe social” e “classe trabalhadora” como noções produzidas pelos próprios sujeitos, em sua dinâmica social, ou como afirma, em seu *fazer-se* como classe, a partir da *experiência humana*, desenvolvida em momentos históricos precisos. Afirma que a noção de classe não deve ser entendida como uma mera categoria de análise intelectual, tampouco um con-

É possível notar a existência de um caráter político subjacente a essa frustração de Hilário com o lugar. Desde o início de seu depoimento, o entrevistado parece querer apresentar as razões pelas quais não seria bem-sucedido financeiramente, como foi possível notar, destacando que isso decorreu de fatores alheios à sua vontade. Ao situar a origem de seus problemas nessa espécie de “passagem do campo para a cidade”, decorrido do processo de construção de Itaipu, parece querer dar a entender que tal decisão era inevitável. Recorre, portanto, à noção de que teria sido “expulso” do campo, tal qual costuma-se apresentar em certas versões da memória pública, os agricultores desapropriados. Visa, assim, também se afirmar politicamente no local, no intuito de construir a legitimidade de suas demandas.

Suas reivindicações parecem estar na origem de suas frustrações. No momento da entrevista, Hilário não estava conseguindo realizar uma de suas expectativas: trabalhar em uma construtora com registro em carteira de trabalho. Apontava, ainda, o fato de não ter contribuído com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) durante os muitos anos em que atuou como autônomo, preocupando-se, assim, com a aposentadoria, benefício a que não teria direito.

Apesar de viver em um local rico, e de muitos investimentos municipais serem realizados em obras de infra-estrutura, ele não conseguia participar desse “desenvolvimento” da maneira que desejava. A partir disso, situa sua trajetória em um quadro mais

ceito que pode ser aplicado a qualquer grupo social em qualquer período, entendido mecanicamente. A leitura das duas obras oferece uma oportunidade ímpar de se observar as formas como o autor lida com essa noção, em história e enquanto em *A formação da classe operária Inglesa* discute o processo de fazer-se dos trabalhadores ingleses como classe organizada e coesa, com instituições representativas, empreendido entre 1780 a 1832, no livro *Costumes em comum*, nos oferece um quadro da Inglaterra do século XVIII e de movimentos que a heterogênea “Plebe” realizava sem, no entanto, formar-se como uma classe, nos termos apresentados na primeira obra aqui citada. Isso demonstra a necessidade do historiador não trabalhar com categorias abstratas, mas estar atento e manter um diálogo constante com a realidade estudada.

amplo de decadência que acaba por estender a todo o município. É como se o próprio lugar resultasse de um destino frustrado, construído a partir de seu desencanto para com aquilo que compreende como “urbano”, de forma que inexistisse para além dos significados construídos por Hilário sobre Santa Helena.

Nem todos os trabalhadores locais, no entanto, vivenciaram a profissionalização no trabalho urbano de maneira negativa. É o caso de Juarez²¹, 27 anos, eletricista, filho de sergipanos, mas nascido no município de Matelândia, Oeste do Paraná. Ainda antes de completar um ano de idade mudou-se com a família para o Leste do Paraguai. Entre as expectativas da família estavam a conquista de uma propriedade rural no outro país, onde compreendiam que tal empreendimento poderia ser realizado com maior facilidade. Inicialmente trabalharam na agricultura, morando em Vila Procópio, localidade que faz fronteira fluvial²² com Santa Helena.

Em seu depoimento, o Paraguai surge a partir das dificuldades lá encontradas, como aquelas decorrentes do trabalho extenuante empreendido nos campos de hortelã, lá desenvolvidos quando ainda era criança e adolescente. Projeta um olhar pejorativo também sobre as pessoas que lá viviam, ressaltando sua não-identificação com aquele lugar. Apresentar suas memórias dessa maneira pode ter o intuito de demonstrar o quão insuportável seria viver no país vizinho e apontar a decisão de mudar como algo inevitável.

Entretanto, conforme aponta Juarez, as dificuldades não cessaram com a mudança, tendo a família que se deparar com toda uma situação de pobreza e improvisar sua sobrevivência no novo

²¹ Juarez, 27 anos, eletricista, nascido na região, mudou-se ainda antes de completar um ano de idade para o Leste do Paraguai, local do qual retornou em 1990. Entrevista realizada em 11 jul 2004, domingo à tarde, na residência do entrevistado, no Conjunto Padre Martinho.

²² Apesar do reservatório de Itaipu formar a fronteira, costuma-se empregar o termo fluvial, em virtude do lago artificial dessa usina ter sido originado com o represamento das águas do Rio Paraná.

lugar. Ainda na adolescência, Juarez passou a trabalhar em diversas atividades, em Santa Helena. Aponta, então, para a necessidade de ajudar a sustentar a família, mesmo que para isso tivesse que prejudicar os estudos.

Nos serviços que desenvolvia, também alternava ofícios rurais e urbanos. Seu primeiro emprego foi em uma chácara localizada nas proximidades de sua casa. Depois disso, Juarez passou a atuar junto à construção civil. Já havia experimentado esse tipo de trabalho durante a edificação do conjunto habitacional onde vivia. Apesar disso, de maneira diversa a muitos trabalhadores de Santa Helena, ele não se profissionalizou na construção civil.

Depois de um certo tempo, foi trabalhar novamente em uma chácara, cujo dono estava doente e necessitava de ajuda. Outro chacareiro local, patrão da irmã de Juarez, tinha um filho que era proprietário de uma empresa que atuava no ramo de materiais e instalações elétricas. Nela, conseguiu uma vaga para Juarez trabalhar, como o entrevistado logo frisa na parte inicial de seu depoimento:

E... daí, e, eu, como eu trabalhava nessa chácara desse senhor ali, chamado [nome omitido pelo autor], daí, para o lado de baixo tinha um o, uma outra chácara, daí era do... nono [vovô, sobrenome omitido pelo autor], né. É o pai do [sobrenome omitido pelo autor], a, daí ele [o vovô] sempre me via... é, trabalhando para o lado de cima, daí ele falou pro [filho, sobrenome omitido pelo autor]: “Ó, porque você não pega aquele rapaz pra trabalhar com parte elétrica, né”, daí ele [o filho, proprietário da empresa] “Não, mas não estamos precisando, no momento”, daí o... o... o nono [vovô, sobrenome omitido pelo autor] insistia, até que ele [o filho, proprietário da empresa] me pegou pra trabalhar com parte elétrica, assim. E... daí no início, fazia serviços gerais, é... trabalhei uns dois, um ano mais ou menos, um ano e meio fazendo serviços gerais e até que fui aprendendo a profissão, né, e... daí o rapaz, filho do [sobrenome omitido pelo autor] viu que eu, s... era um... tinha um pouco de interesse e esforçado, trabalhava durante o dia, na loja normal, daí eles faziam montagem de painéis à noite, sabe, pra...

macionamento de motores, isso e aquilo, daí... eu chegava em casa, tomava banho e... nesse período que eu não ia na aula, daí eu tinha parado de estudar, daí eu ia à noite lá, ajudar eles, sem cobrar nada. Sabe, mais pra mim aprender, ver eles montando e aprender.

Juarez segue apresentando os cursos profissionalizantes que fez e o ingresso no curso superior de eletromecânica, no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET), Unidade de Medianeira, município próximo a Santa Helena, no Oeste do Paraná, o qual não pôde concluir. Em seu depoimento, relata em detalhes seu empenho para aprender a profissão e as atividades que realiza no trabalho como eletricista.

Sua trajetória no trabalho com materiais elétricos é narrada como algo contínuo e ascendente, tendo como ponto final o momento da entrevista, em que atuava como eletricista autônomo ao mesmo tempo em que trabalhava como mensalista para uma indústria local, prestando assistência técnica para aparelhos aquecedores de aviários por ela produzidos. Nessa trajetória, são silenciadas as outras eventuais atividades em que Juarez possa ter trabalhado, dificuldades vividas e dúvidas quanto a continuar na profissão, que possam ter existido.

O ingresso na profissão de eletricista, um trabalho tipicamente urbano, é tratado por ele como uma vitória. Essa visão positiva do trabalho urbano, porém, não se materializa em qualquer atividade, como aquelas que desempenhou junto à construção civil, por exemplo, mas especificamente em sua profissão, apresentada como resultante de uma trajetória de empenho e conseqüente sucesso social.

A partir de tal compreensão, a realidade de crescimento urbano da sede municipal não surge como algo negativo no depoimento de Juarez. Tratando como parte de sua trajetória de “sucesso” financeiro, ocorrido principalmente a partir da construção, ali próximo, do prédio da extensão da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) de Santa Helena, ele exalta a valorização do bairro onde possui sua casa (Conjunto Padre Martinho). Apon-

ta como positivo, também, o projeto de construção de um estádio nas imediações desse conjunto, que valorizaria ainda mais o local onde vive. No caso de Juarez, a possibilidade socialmente compartilhada de melhorar de vida, participando do “crescimento” do município, é vivenciada concretamente a partir de seu trabalho e das “melhorias” do bairro em que vive.

Nesse sentido, o que surge como negativo em sua narrativa é seu passado de diarista rural, de maneira diversa à narrativa de Glades. Os relatos de Juarez sobre esse período são pormenorizados, postura que adota ao longo de sua narrativa. Como ele mesmo destaca, o trabalho de diarista rural era realizado pela necessidade de ajudar a família. Considera esse trabalho algo *terrível*, apoiando suas memórias em certos aspectos, como nas duras condições de trabalho com o gelo nas lavouras, resultante das “geadas” do inverno rigoroso do Sul do Brasil, e nas noções de mulher e “menor” — nas palavras dele — que apresenta. Ingerir bebida alcoólica para se aquecer do frio e das chuvas — prática apresentada como corriqueira naquela realidade — estando sua mãe grávida ou por aqueles que não tinham idade permitida por lei para isso, é apresentado por ele não apenas como uma necessidade, uma situação forçada, mas como algo degradante, causador de possíveis doenças, num tom em que esses elementos são tratados como algo quase desumanizador.

É necessário frisar que essas memórias apresentadas por Juarez não foram produzidas no momento em que ele vivenciava tal situação, mas do presente em que prestava seu depoimento. Pesam, assim, as noções de criança e de maternidade que ele possuía no momento da entrevista, compreendendo-os como quem necessita de cuidado e proteção. Expressa muito claramente tais concepções quando se refere à preocupação que possui com a educação e alimentação de seus filhos, parecendo, também, em sua narrativa, querer tratar a infância deles como uma antítese daquela que viveu.

Esse cuidado com a família pode ter origem na necessidade que Juarez parece ter de querer compensar um período de ausência. Conforme apontou, quase no final de seu depoimento, so-

mente casou-se alguns anos depois de seu primeiro filho ter nascido. Antes do casamento, ele e aquela que viria a ser sua esposa ficaram em litígio e afastados um do outro. Reconciliaram-se, posteriormente, formando uma família. Sendo assim, essas relações e sentimentos familiares parecem imbricar-se às demais intencionalidades com que o entrevistado produz seu depoimento, buscando apresentar-se como um homem trabalhador, esforçado e pai atencioso, que se preocupa com a família e planeja o amanhã.

Para além dessas questões, fica evidente na narrativa de Juarez que ele acaba por projetar-se sobre o “urbano”, compreendendo-o como local de oportunidades e de promoção social. Em sua narrativa, o campo aparece como um contraponto, um local de dificuldades e degradação.

Cabe frisar que as tensões vivenciadas nessa sociedade, não são projetadas por ele sobre as relações de trabalho ou sobre pessoas em específico, como os patrões, mas no tipo de atividade desenvolvida. Nessa lógica, acaba por considerar os problemas enfrentados como inerentes a determinados ofícios, sendo necessário, para superá-los, a utilização de ações individuais, como mudança de emprego ou trabalho, e não o enfrentamento a partir de uma perspectiva de classe.

Quanto a esse movimento dinâmico de imbricação de elementos rurais e urbanos na cultura local, pode-se perceber que, se por um lado na década de 1990, praticamente cessou o trânsito de trabalhadores que viviam na sede municipal e atuavam em atividades rurais, por outro, o inverso continua ocorrendo. Esse é o caso de Priscila²³, 40 anos, agricultora, nascida também no Estado de Santa Catarina. Seus pais se mudaram para Santa Helena ainda na década de 1970 a fim de trabalhar em uma fazenda no Distrito de Sub-Sede São Francisco.

Nutriam a expectativa de que aquela fosse uma situação temporária, que em um curto espaço de tempo poderiam obter sua

²³ Priscila, 40 anos, agricultora, chegou a região em 1970. Entrevista realizada em 25 jul 2004, domingo à tarde, em sua residência na Linha Guarani, Distrito de Sub-Sede São Francisco, município de Santa Helena.

própria área de terras. Sua família acabou por ter êxito nesse empreendimento com a compra de “um direito” — nas palavras de Priscila — ou seja, terras que não possuíam escritura. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, todavia, essa situação foi resolvida, pois muitas das propriedades do Oeste do Paraná que se encontravam em estado semelhante, acabaram por ser regularizadas. Portanto, mesmo sendo esse um período considerado de “expulsão do homem do campo”, sua família conseguiu realizar o sonho de ter uma propriedade rural.

Atualmente Priscila vive com o marido e os filhos em sua propriedade na Linha Guarani, Distrito de Sub-Sede São Francisco, município de Santa Helena. A área possui dimensões pequenas, como boa parte das propriedades dos agricultores do Oeste do Paraná. Além das lides agrícolas, ela também se dedica a outras atividades, conforme aponta:

...comecei com uma mulher aqui de Sub-Sede, da loja, vendendo, daí que ela falou que... me dava porcentagem, pra mim revender, o que eu não revendia eu levasse de volta, daí eu comecei. Daí eu... depois que eu comecei, às vezes eu tento parar, tem vê, tem épocas que é ruim, daí eu desanimo, daí depois dá uma melhorada, anima de novo e sempre dá um lucro extra, pra... ajudar nas despesas. (...) E... eu faço isso também porque eu gosto de fazer, assim, me sinto bem fazendo esse tipo de coisa, vendendo... porque além de vender, você consegue... você aprende muito com as pessoas que você lida, você... convive com outras pessoas, é muito, é gostoso, assim, o mais não é tanto pelo dinheiro que ganha, como a valorização que você tem, assim, amizade que você... consegue ter com outras pessoas que você não ia conseguir ter. Sempre tem pessoas novas que você vai, que vão entrando e você vai conhecendo e... é muito bom, daí eu gosto de fazer esse tipo de coisa mais por isso mesmo.

Em sua propriedade rural, ao que pude notar, Priscila possui uma vida estável. Parece adaptar-se bem à agricultura comercial e tecnicada desenvolvida na região, procurando acompanhar suas

últimas tendências, como a diversificação da produção. Isso significa que além do plantio das culturas para comercialização, ela e o marido mantêm outras atividades como a produção de leite e iniciam o projeto de construção de um aviário.

Priscila recorre a vários benefícios a que tem direito junto à Prefeitura Municipal, que mantém alguns programas de incentivo à agricultura. Algumas delas são apresentadas pelo jornal *Correio do Lago*, em matéria festejando os 38 anos de emancipação de Santa Helena, ocorrido em maio de 2005. Os projetos de “desenvolvimento” promovidos pela administração municipal, com quem esse órgão de imprensa parece manter uma certa proximidade, são tratados em tons elogiosos:

Santa Helena completa seus 38 anos de emancipação:

(...) A cada ano que passa é cada vez maior o número de pessoas que vêm à Santa Helena para desfrutar de seus recantos de beleza e lazer, o que acarreta no crescimento do comércio, principalmente da rede hoteleira e gastronômica. Constantemente a administração municipal busca, através dos setores responsáveis, dar o suporte necessário para que os turistas tenham a melhor estada possível, realizando melhorias na infra-estrutura do parque de lazer e dotando-o de segurança, restaurantes, quiosques, banheiros energia elétrica.

Outro ponto forte de Santa Helena é a agricultura. Com os diversos programas de incentivo criados nos últimos anos pela administração municipal, os agricultores antes desestimulados pela falta de perspectivas, têm hoje no poder público local um ponto de apoio para a manutenção de suas atividades. Além dos programas de incentivo à agricultura, setores como a saúde, educação, assistência social, e indústria e comércio, também são beneficiados com recursos da própria municipalidade.²⁴

Esse meio de comunicação foi criado em 2005 e parecia pre-

²⁴ “SANTA HELENA completa seus 38 anos de emancipação”. In: *Correio do Lago*, Santa Helena/PR, ano 1, n.º 03, p. 07, maio de 2005. p. 7.

tender fixar-se como veículo comercial. Mantinha uma proximidade muito grande com a administração municipal empossada naquele mesmo ano. Como um dos pilares dos investimentos municipais aparece a agricultura, com o intuito de “fixar o homem no campo”. Essa atenção à agricultura, por sua vez, parecia estar ganhando mais fôlego, no decorrer do ano de 2004. A partir de 2005, ano em que esse artigo foi veiculado pelo jornal, o setor parecia ocupar uma importância ainda maior, dando a impressão de ser colocado em um primeiro plano pela nova administração municipal, em detrimento do turismo, preponderante nos projetos municipais da gestão anterior.

Priscila, por sua vez, ao mesmo tempo em que recorre aos programas voltados ao fomento da agricultura, continuando a morar em seu sítio, atua no sentido de comercializar artigos de confecções e artesanato nas localidades próximas e na sede municipal.

Como destaca, tal atividade não é algo que faz por necessidade, mas por gostar. Parece ser uma forma que ela encontrou de “sair de casa”, ou de seu sítio, e estabelecer relações que estão para além da atividade familiar agrícola. Trata-se de demandas produzidas por ela como sujeito, não se restringindo à satisfação de necessidades econômicas imediatas. Esse caráter também parece ser buscado por ela de outras maneiras, como na retomada dos estudos em tempos recentes, na atuação junto à comunidade católica do Distrito de Sub-Sede São Francisco, na qual seu marido ocupava o cargo de presidente da igreja, enquanto ela atuava junto às Comunidades Eclesiais de Base e outras entidades locais, no momento em que me concedeu a entrevista.

Trata-se de buscar nessas atividades a realização de algo que o trabalho no sítio por si somente não pode oferecer. Isso está relacionado com conhecer outras pessoas, criar relacionamentos e fazer novas amizades. Ao mesmo tempo, noto que ela busca um reconhecimento social que não se encontra somente no exercício das tarefas de sua profissão de agricultora, ofício não muito valorizado localmente, sendo geralmente associado à idéia de “atraso”, de “rusticidade”.

Em busca da satisfação dessas demandas constituídas socialmente, que não se restringem ao campo econômico imediato, Priscila constitui uma associação entre trabalho rural e urbano. Esse caráter, por sua vez, também demonstra como os sujeitos, em seu fazer-se social, vão tecendo relações e construindo demandas que vão além daquilo que pode ser oferecido pelas políticas públicas. Priscila, dessa forma, apesar de obter sucesso no trabalho agrícola e manter-se vivendo no campo, acaba por não encontrar ali todos os elementos dos quais necessita para sentir-se realizada. Suas atitudes, nesse sentido, acabam, ainda, por revelar a forma como compreende sua condição de agricultora e como ela própria vai constituindo uma série de práticas sociais, com o objetivo de, por meio delas, superar as limitações que percebe em seu trabalho e vida de proprietária rural.

Tais narrativas, em seu conjunto, expressam as memórias desses trabalhadores e as formas como eles vivenciaram as transformações ocorridas no lugar e as atitudes que tomaram perante tais processos de mudança. Demonstram também que essas pessoas, a partir de suas maneiras de viver, construíram um ambiente em que rural e urbano não apareciam naturalmente dissociados. Ao contrário, em certos momentos eles se apresentavam confluídos, enquanto que em outros é possível observar um processo de segregação entre ambos. Esses sujeitos, portanto, elaboraram seus viveres tecendo relações com elementos tanto do campo como da cidade.

Tal caráter leva a pensar que o urbano não se constitui apenas como resultado de projetos vencedores, na área de infra-estrutura. Para além do *asfalto*, das *obras públicas*, tão ritualizadas pelas administrações municipais em nosso país, estão os referentes culturais das pessoas, referenciais de classe, que tornam a cidade não apenas um *espaço físico*, mas a constituem como *lugar do vivido*. Como tal, esse ambiente constitui-se em local de tensões e conflitos, sobre os quais os trabalhadores se posicionam, na qualidade de sujeito da história, produzindo demandas e lutando por direitos, entre eles o *direito ao lugar* e por *viver da maneira como gostariam*.